

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE
PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU

Data: 31/08/2015

Local: Sala 506-B – Prédio-Sede TRT4

Presenças:

Membros titulares: Desembargador Francisco Rossal de Araújo, Juiz do Trabalho Ricardo Fioreze e servidores José Américo Ilha de Quadros e Gabriel Pacheco dos Santos

Membros suplentes: Juizes do Trabalho Maria Silvana Rotta Tedesco, Mauricio Schmidt Bastos e Andrea Saint Pastous Nocchi e servidores Carolina da Silva Ferreira e Ruy Bittencourt de Almeida Neto

Associações:

AMATRA IV: Juiz do Trabalho Rodrigo Trindade de Souza

SINTRAJUFE/RS: servidor Ruy Bittencourt de Almeida Neto

Convidados:

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Mário Garrastazu Médici Neto

Secretária: Tatiana Duarte Pina (AGE)

Hora de início: 17h10min

Hora de término: 18h15min

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de 2015, às 17 horas, na sala 506-B do Prédio-Sede do TRT4, ocorreu reunião ordinária do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição. Estiveram presentes os membros titulares Desembargador Francisco Rossal de Araújo, Juiz do Trabalho Ricardo Fioreze e os servidores José Américo Ilha de Quadros e Gabriel Pacheco dos Santos. Presentes os membros suplentes Juizes do Trabalho Maria Silvana Rotta Tedesco, Mauricio Schmidt Bastos e Andrea Saint Pastous Nocchi e os servidores Carolina da Silva Ferreira e Ruy Bittencourt de Almeida Neto. Presentes, também, o representante da AMATRA IV, Juiz Rodrigo Trindade de Souza e o Diretor da Secretaria de Comunicação Social, Mário Garrastazu Médici Neto. A reunião foi coordenada pelo Desembargador Francisco Rossal de Araújo, conforme relato que segue: o Des. Rossal iniciou a reunião informando que a mesma não possuía pauta

específica, razão pela qual sugeriu que o Comitê defina os próximos passos de atuação, tendo em conta a entrega à Administração do relatório do estudo e proposta para implementação do cargo de segundo assistente. Informou o encaminhamento do relatório aos colegas de primeiro grau e informou que pedirá autorização à Presidência para divulgar o documento a todos os servidores. A Juíza Maria Silvana disse que leu todos os *e-mails* dos colegas de primeiro grau, relatando a existência de algumas críticas consistentes, sendo a principal a escolha do critério de demanda processual por unidade judiciária e não por Juiz. Opinou que o Comitê deve prestar esclarecimentos aos colegas, uma vez que foi aberto espaço para a apresentação de manifestações e críticas. O Des. Rossal informou que aguardava a data de hoje para terminar de receber as manifestações dos colegas. Informou que todas as manifestações foram objeto de debate por parte do Comitê. O J. Mauricio Bastos disse que, ao ler as manifestações dos colegas, concordou com as ponderações apresentadas. O Des. Rossal passou a palavra ao J. Fioreze para esclarecimentos. O J. Fioreze disse que também leu com bastante atenção todas as manifestações ao relatório, afirmando que o Comitê se debruçou sobre todas elas. Relatou as duas principais insurgências à proposta do Comitê: não ter sido considerada a carga de trabalho do Juiz, mas sim a da unidade judiciária, o que, na sua compreensão, ocorreu porque a tese vencedora no Comitê foi a de que o recurso seja destinado à unidade judiciária e não especificamente ao Juiz. A outra insurgência foi em relação à escolha, como critério de apuração, do número de casos novos por unidade judiciária no último triênio, havendo manifestações que defendem a escolha do número de processos conclusos para sentença como critério mais correto. Nenhuma manifestação não foi objeto de análise pelo Comitê quando da elaboração da proposta. Não existe fato novo a ser considerado. Essas insurgências foram objeto de debate no Comitê, tendo sido teses vencidas. O Des. Rossal lembrou que o Comitê tinha ciência de que a escolha de qualquer um dos critérios colocados em debate geraria insatisfação. O Comitê trabalhou de modo a escolher, sob o seu ponto de vista, o critério mais correto para a destinação do recurso. Informou que a proposta já foi entregue à Administração e que a recepção inicial foi muito boa. Agora é necessário aguardar a viabilidade de implantação, pelo menos inicial, ainda nesta Administração. Em relação à manifestação da J. Silvana, também acha correto que o Comitê responda aos colegas, mesmo que todas as informações constem no relatório apresentado. O J. Fioreze relatou que muitas

manifestações são apoiadas em idéias equivocadas de que a destinação do recurso é ao Juiz e não à unidade judiciária. A J. Andrea Nocchi referiu que, ao ler as manifestações dos colegas, teve a impressão de que entenderam que o Comitê estava apresentando a sua proposta e que seria iniciado um debate em relação ao conteúdo, recolhendo críticas e sugestões, o que não é o caso. O ideal, na sua opinião, é que o Comitê dê um retorno aos colegas dizendo que o projeto foi entregue à Administração e que todas as manifestações serão encaminhadas para análise. Não concorda que o Comitê volte a rediscutir a proposta. O Des. Rossal concordou com todos os argumentos apresentados pela J. Andrea Nocchi. O J. Rodrigo Trindade manifestou que são razoáveis as ponderações de vários colegas a respeito dos critérios adotados pelo Comitê e que os mesmos fundamentos já foram manejados e analisados. Acredita que, para que o projeto tenha sua execução finalmente iniciada, não é conveniente nova análise pelo colegiado. Considera, todavia, importante que haja manifestação pela presidência do Comitê e submissão à Administração, inclusive com alternativas. **O Comitê deliberou que as manifestações e críticas apresentadas pelos Juízes de 1º Grau serão catalogadas e encaminhadas à Administração como anexo à proposta. O Comitê responderá aos Juízes, informando que a proposta foi finalizada e entregue à Administração, mas que todas as manifestações serão encaminhadas para análise. Além disso, serão informadas as fases de implantação do projeto, registrando-se que a entrega da proposta à Administração representa a conclusão da primeira etapa. Ressaltar que todas as críticas e manifestações apresentadas foram debatidas pelo Comitê quando da elaboração da proposta e que as teses vencidas em votação constam no relatório como ressalvas. Por fim, será esclarecido que a tese vencedora no Comitê foi a de que o recurso seja destinado à unidade judiciária e não ao Juiz. Além disso, a classificação das unidades destinatárias do recurso foi executada considerando-se os dados de movimentação processual – casos novos, no último triênio, mesmo critério utilizado pelo CNJ. O J. Fioreze propôs, a título de complementação, a informação de que a destinação/finalidade do recurso não é apenas para a elaboração de minutas de sentenças, mas sim à unidade judiciária como um todo, de acordo com as demandas pontuais. Os presentes concordaram com a complementação apresentada.** A seguir, o servidor Ruy Bittencourt pediu a palavra para questionar sobre os erros materiais encontrados na

classificação das unidades judiciárias destinatárias do recurso e a respectiva alteração no relatório. O J. Fioreze esclareceu que os dados de Santo Ângelo estavam equivocados em razão da soma dos processos do Posto de Itaqui. Já com relação às unidades de Guaíba e Encantado, o erro ocorreu com os dados do ano de 2013, em que foram contabilizados em duplicidade os processos ajuizados no antigo sistema PJ4 e redistribuídos no PJe-JT. Carolina Ferreira explicou que a correção nos dados alterou o relatório da proposta nos seguintes termos: a desclassificação das unidades de Santo Ângelo e Guaíba, que passaram ao Grupo 3 e a redistribuição do quantitativo de cargos que ficariam à disposição da Corregedoria: de 16 para 10 cargos. O J. Fioreze esclareceu que a alteração no relatório não feriu nenhuma das deliberações do Comitê. Por discordar da premissa e entender que a alteração na classificação dessas unidades implica em nova discussão sobre o quantitativo de cargos necessários, Ruy Bittencourt registrou o requerimento do Sindicato de nova análise e deliberação do Comitê em relação às alterações promovidas. O Des. Rossal respondeu que, em que pese os ajustes feitos, manteve-se o número previsto de 100 cargos, alterando-se apenas a quantidade de assistentes que ficariam à disposição da Corregedoria. As alterações não trouxeram prejuízo, razão pela qual rejeitou o requerimento, determinando o registro da irrisignação. Ruy Bittencourt requereu, ainda, por questão de isonomia, que seja dada ciência aos servidores da proposta, tal como com os Juízes, abrindo-se prazo para manifestações. O Des. Rossal respondeu que apenas deu ciência aos colegas da proposta e que as manifestações foram espontâneas. Pedirá autorização à Presidência para divulgação do relatório aos servidores, por questão de transparência, uma vez que o documento é público. Caso seja autorizado, o relatório será disponibilizado no Portal do Comitê. **A requisição da autorização ficou ao encargo do Juiz Fioreze.** Dando sequência à reunião, o Des. Rossal sugeriu dois temas para a atuação do Comitê: a qualificação profissional e a saúde de magistrados e servidores. O J. Fioreze alertou que continua pendente o encaminhamento da proposta de redução no horário de atendimento nas unidades judiciárias de primeiro grau. Lembrou que a pendência é a definição da forma de encaminhamento da demanda: se o próprio Comitê buscará interlocução com a advocacia ou se encaminhará a proposta diretamente à Administração. Referiu que a greve dos servidores é um fato superveniente, devendo ser considerado na avaliação do melhor momento para continuar o debate com a advocacia. O Des.

Rossal concordou com a manifestação do J. Mauricio Bastos de que o momento não é adequado para levar o tema à advocacia, em razão da duração da greve dos servidores. A J. Andrea Nocchi lembrou que opinou em reunião anterior pelo encaminhamento prévio da proposta à Presidência para que haja sinalização se existe ou não concordância com a sugestão de redução. Em caso afirmativo, o Comitê voltaria a dialogar com as entidades representativas da advocacia. Não vê sentido em retomar a discussão com os advogados sem saber se a proposta conta com a concordância da Administração. O J. Mauricio Bastos concordou com a manifestação. O servidor José Américo disse que, no seu entender, a questão já estava decidida. O J. Fioreze lembrou que o relatório sobre a proposta está praticamente finalizado, mas a greve dos servidores surgiu como questão superveniente. O Des. Rossal lembrou que o Comitê não está subordinado à Administração e que possui seus próprios critérios de oportunidade e conveniência. Concordou com a entrega prévia da proposta à Administração, que, se entender pela viabilidade, ensejará a atuação do Comitê como interlocutor com as entidades.

O relatório será finalizado pelo J. Fioreze e encaminhado ao Des. Rossal para avaliação e posterior encaminhamento à Presidência do TRT4. A seguir, o Des. Rossal continuou a tratar dos novos temas para a atuação do Comitê. Falou da necessidade de medir os impactos da implantação do PJe-JT. Disse ter conhecimento de estudo realizado pelo SINTRAJUFE-RS e lembrou que encontra-se em curso na Instituição a implementação do PCMSO. Disse que o Comitê deve provocar o Tribunal sobre a importância do tema, para que se avalie, de forma científica, os impactos do PJe-JT sob o aspecto da saúde dos usuários (magistrados e servidores), bem como os impactos nas rotinas de trabalho. Disse que dentro do tema das rotinas de trabalho, outros temas podem ser discutidos, como, por exemplo, o teletrabalho. Os temas precisam ser debatidos de forma organizada. O J. Mauricio Bastos propôs a elaboração de estudo relacionado à rotatividade de servidores no primeiro grau, alegando que trata-se de um grande problema nas unidades judiciárias. Sugeriu que o estudo avalie o impacto gerado e maneiras de reduzir a rotatividade. O Des. Rossal disse que várias outras questões estão relacionadas, como, por exemplo, a política de distribuição das funções comissionadas. Essa é uma questão política muito séria em termos de Administração e que o tema deve ser estudado. O J. Rodrigo Trindade informou que esse tema é objeto de atuação por parte de outros Comitês de Priorização do

Primeiro Grau. O Des. Rossal sugeriu o convite a profissional especialista em administração de pessoal. Carolina Ferreira sugeriu convidar colegas das Seções de Ingresso e Remoção e de Funções Comissionadas para que prestem informações ao Comitê relacionadas ao tema. O J. Fioreze lembrou que o tema foi objeto de debate na Comissão organizadora do atual concurso de servidores, sugerindo a busca de informações junto aos integrantes da Comissão. O Des. Rossal sugeriu, além dos dois temas elencados, a inclusão do tema apresentado pelo J. Mauricio Bastos: a rotatividade de servidores. Ruy Bittencourt lembrou que a questão orçamentária também está pendente e é atribuição do Comitê. Sobre esse assunto, Carolina Ferreira informou que o projeto estratégico “Entendendo o Orçamento” prevê a capacitação de gestores em aspectos legais e práticos de elaboração e gestão orçamentária e que os integrantes da Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico, do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau e do Comitê Orçamentário de Segundo Grau serão capacitados no mês de outubro, provavelmente na primeira quinzena. **A J. Andrea Nocchi opinou que o Comitê envie comunicado periódico a magistrados e servidores informando as ações e temas em debate e lembrando sempre que o Comitê está aberto a sugestões de novos temas para atuação. A sugestão contou com a concordância do Des. Rossal.** O servidor Gabriel Santos sugeriu que o Comitê atue com afinco no tema da qualificação profissional de servidores e gestores. Em relação à proposta, Carolina Ferreira informou que existem diversas ações em andamento. Falta a reunião e atualização dessas informações para que o Comitê possa trabalhar a partir do que já existe. Não é econômico sugerir novas ações de capacitação sem uma análise das já existentes. Lembrou que a Escola Judicial e a Secretaria de Gestão de Pessoas estão trabalhando nas ações previstas para o ano que vem. O J. Fioreze sugeriu a atualização das informações. **A tarefa ficou sob responsabilidade da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais (AGE).** O Des. Rossal alertou para a necessidade de eleição de um tema prioritário, uma vez que não há como trabalhar com todos simultaneamente. O tema da saúde de magistrados e servidores é mais complexo e exige atuação constante. Sobre esse tema, Carolina Ferreira informou que faz parte do Plano Estratégico Institucional 2015-2015 a elaboração de projeto estratégico que medirá os impactos do PJe-JT sobre a saúde de magistrados e servidores. O Des. Rossal disse que nada impede que o Comitê já atue e proponha a realização desse

estudo. A J. Andrea Nocchi opinou pela importância de tratar a questão orçamentária continuamente. O J. Rodrigo Trindade disse que o tema do orçamento e saúde de magistrados e servidores devem ser tratados continuamente. Opinou pela priorização do tema da qualificação profissional, em razão de estar diretamente relacionado à entrega da proposta de implementação do cargo de segundo assistente. Diversas vezes foi relatada a dificuldade em encontrar servidores qualificados para a função. A necessidade de investimento na qualificação dos futuros assistentes foi amplamente debatida pelo Comitê. Propôs que o Comitê atue junto à Escola Judicial no sentido de criação de cursos em horários alternativos, de modo a possibilitar o acesso a servidores impossibilitados de comparecer durante o horário de expediente. Carolina Ferreira lembrou de outra questão relacionada à qualificação, que é a dificuldade do servidor aspirante ao cargo de assistente de Juiz participe dos treinamentos, tendo em vista que os cursos possuem como público-alvo servidores que já ocupam a função, não havendo disponibilidade para os que pretendem se qualificar para concorrer à vaga. A J. Andrea Nocchi informou que a Corregedoria encaminhou à Escola Judicial a demanda de que os cursos de formação para assistentes de Juízes sejam oferecidos a estudantes do curso de Direito a partir do oitavo semestre, de modo que o servidor já esteja capacitado para concorrer à função quando da conclusão do curso. A título de complementação, o J. Fioreze informou que a Escola Judicial consultou os pretensos professores sobre disponibilidade de cursos no período noturno e aos sábados. O J. Rodrigo Trindade respondeu ter conhecimento da consulta, mas que existe resistência à criação de cursos em horários alternativos. O servidor Ruy Bittencourt discordou da sugestão, pois é contrária a idéia de que os gestores devem liberar os servidores para cursos e treinamentos durante o horário de expediente. Carolina Ferreira defendeu a sugestão de cursos em horários alternativos, informando da dificuldade de horário em relação aos instrutores, que muitas vezes são servidores que ocupam cargos de gestão, o que impossibilita o afastamento durante o horário de expediente, relatando que essa é uma grande dificuldade quando da organização de cursos de capacitação. O servidor Ruy Bittencourt opinou que o Comitê pode propor a criação de regramento que contabilize como horas trabalhadas as horas de treinamento realizadas fora do horário de expediente. O servidor José Américo disse que os gestores devem liberar os seus servidores, mas alertou que, dependendo da atividade que o servidor desempenha na unidade, a liberação depende de

substituição, o que algumas vezes não é possível em razão da especificidade da função. Ruy Bittencourt finalizou sua manifestação lembrando que a atuação do Comitê em relação ao orçamento é fundamental, mas a proposta orçamentária para o ano que vem já foi encaminhada, por essa razão o Comitê só poderá atuar na elaboração da proposta para o ano de 2017. Sugeriu que o Comitê priorize os temas da saúde e qualificação profissional e os trabalhe de forma continuada e simultânea, já que se relacionam em alguns aspectos. Ao final da reunião, o Des. Rossal encaminhou as deliberações nos seguintes termos: eleição dos próximos temas de atuação pelo Comitê:

- saúde de magistrados e servidores;
- qualificação profissional;
- rotatividade de servidores;
- orçamento.

Decidiu-se que saúde e orçamento são temas permanentes e deverão ser continuamente trabalhados. Em relação à saúde, o Comitê poderá provocar a Administração para a realização de estudo em que sejam analisados os impactos da implantação do PJe-JT na saúde de magistrados e servidores. Em relação ao orçamento, o Comitê acompanhará a elaboração da proposta orçamentária para 2017 e os integrantes participarão de capacitação prevista no projeto estratégico “Entendendo o Orçamento”. Os temas da qualificação profissional e rotatividade de servidores, embora permanentes, possuem alternativas mais concretas de atuação, razão pela qual serão inicialmente trabalhados pelo Comitê. **A proposta para a próxima reunião é debater a questão da qualificação profissional e rotatividade de servidores, razão pela qual deliberou-se pelo convite ao Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas, Mauro Baltar Grillo, para comparecer à próxima reunião. A tarefa será executada pela Assessoria de Gestão Estratégica. Também serão convidados os Excelentíssimos Desembargadores José Felipe Ledur e Alexandre Corrêa da Cruz, Diretor e Vice-Diretor da Escola Judicial. O convite será realizado pelo Desembargador Rossal. A Assessoria de Gestão Estratégica atualizará as informações sobre os projetos e ações em andamento no TRT4 relacionados à capacitação e à saúde, no prazo de 10 dias.** A próxima reunião ordinária do Comitê está agendada para o dia 28 de setembro de 2015, às 17 horas, na sala 506-B do Prédio-Sede. Reunião encerrada às 18 horas e 15 minutos. Ata subscrita pela servidora Tatiana Duarte Pina,



Assistente, lotada na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio
às Ações Institucionais.~~~~~